

QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL DO SÉCULO XXI: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA GEOGRAFIA

AGRARIAN QUESTION IN BRAZIL ON THE XXI CENTURY: AN APPROACH FROM GEOGRAPHY

CUESTIÓN AGRARIA EN BRASIL DEL SIGLO XXI: UNA MIRADA A PARTIR DE LA GEOGRAFÍA

PAULO ALENTEJANO

AGB - Seção Rio de Janeiro, Professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ e Professor Visitante da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da FIOCRUZ

Resumo: Neste início de século XXI a questão agrária recoloca-se no Brasil sob velhos e novos contornos que desafiam pesquisadores e militantes a reinterpretá-la, sem cair na tentação de sucumbir aos novos modismos, nem tampouco fechar os olhos às necessidades teórico-políticas de atualização permanente de nosso olhar acerca da realidade. Neste artigo propomos um olhar geográfico sobre esta problemática, destacando quatro questões que nos parecem intimamente correlacionadas e que conformam o cerne da questão agrária brasileira neste início de século: a persistência da concentração fundiária e as desigualdades que isto gera; a crescente internacionalização da agricultura brasileira expressa pelo controle da tecnologia, do processamento agroindustrial e da comercialização da produção agropecuária, bem como pela aquisição de terras; as transformações recentes na dinâmica produtiva da agropecuária brasileira que têm fomentado uma crescente insegurança alimentar; a persistência da violência, da exploração do trabalho e da devastação ambiental no campo brasileiro como características centrais de nosso modelo agrário.

Palavras-chave: Geografia agrária; agricultura brasileira; conflitos no campo; reforma agrária; soberania alimentar.

Abstract: The Brazilian agrarian situation resurfaces in this beginning of the XXI century within re-occurring and new outlines that challenge researchers and activists to re-interpret it without either blindly embracing new trends, or denying the constant theoretical and political need to update our vision of the world. This article discusses the agrarian problem within a

geographical framework. Four intrinsically interconnected issues – considered the core of the Brazilian agrarian problem of this beginning of the century – are studied: (1) the persistent skewed land distribution and deriving inequalities; (2) the growing internationalization of the Brazilian agriculture clearly marked by the control of technology, of the agroindustrial complex and markets, and of land ownership; (3) recent changes in the agroindustry model that are furthering an increasing food insecurity (4) continuing existence of violence, exploitation and great environmental impact as main characteristics of the Brazilian agrarian model.

Keywords: agrarian geography; Brazilian agriculture; land conflicts; agrarian reform; food sovereignty.

Resumen: En este principio del siglo XXI la cuestión agraria se repone en Brasil con viejos e nuevos contornos que desafían investigadores y militantes a reinterpretarla, sin quedar en la tentación de sucumbir a los nuevos modismos, ni tampoco cerrar los ojos a las necesidades teórico-políticas de actualización permanente de nuestra mirada acerca de la realidad. En este artículo nos proponemos a desarrollar una mirada geográfica cerca de esta problemática, destacando cuatro cuestiones que nos parecen íntimamente correlacionadas y que conforman el centro de la cuestión agraria brasileña en este principio de siglo: la persistencia de la concentración de las tierras e las desigualdades que esto genera; el incremento de la internacionalización de la agricultura brasileña expresada por el control de la tecnología, del procesamiento agroindustrial e da comercialización de la producción agropecuaria, bien como por la compra de tierras; las transformaciones en la dinámica productiva de la agropecuaria brasileña que han fomentado una creciente inseguridad alimentaria; la persistencia de la violencia, de la explotación del trabajo e de la devastación del medio ambiente en el campo brasileño como características centrales de nuestro modelo agrario.

Palabras clave: Geografía agraria; agricultura brasileña; conflictos en el campo; reforma agraria; soberanía alimentaria.

INTRODUÇÃO

Neste início de século XXI a questão agrária recoloca-se no Brasil sob velhos e novos contornos que desafiam pesquisadores e militantes a reinterpretá-la, sem cair na tentação de sucumbir aos novos modismos, nem tampouco fechar os olhos às necessidades teórico-políticas de atualização permanente de nosso olhar acerca da realidade.

Como nos lembra Delgado, a questão agrária é na atualidade derivada da prevalência do agronegócio no modelo agrário brasileiro:

A antinomia “reforma agrária” versus “modernização técnica”, que é proposta pelos conservadores em 1964, é reposta na atualidade sob novo arranjo político. Esse novo arranjo se articula nos últimos anos do segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e também no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando se constitui uma estratégia de relançamento dos grandes empreendimentos agroindustriais apoiados na grande propriedade fundiária, voltados à geração de saldos comerciais externos expressivos. Essa estratégia, que estivera abandonada pela política macroeconômica do primeiro governo Cardoso, é adotada por pressão do constrangimento externo do balanço de pagamentos. Ela relança uma política agrícola de máxima prioridade ao agronegócio, sem mudança na estrutura agrária. Isso reforça as estratégias privadas de maximização da renda fundiária e especulação no mercado de terras. Esse arranjo da economia política é altamente adverso ao movimento da reforma agrária e às políticas alternativas de desenvolvimento pela via camponesa. (Delgado, 2010: 81/82)

A esta abordagem de Delgado centrada na perspectiva econômica buscaremos adendar um olhar geográfico, abordando, neste texto, quatro questões que nos parecem intimamente correlacionadas e que conformam o cerne da questão agrária brasileira neste início de século: a persistência da concentração fundiária e as desigualdades que isto gera; a crescente internacionalização da agricultura brasileira expressa pelo controle da tecnologia, do processamento agroindustrial e da comercialização da produção agropecuária, bem como pela aquisição de terras; as transformações recentes na dinâmica produtiva da agropecuária brasileira que têm fomentado uma crescente insegurança alimentar; a persistência da violência, da exploração do trabalho e da devastação ambiental no campo brasileiro como características centrais de nosso modelo agrário.

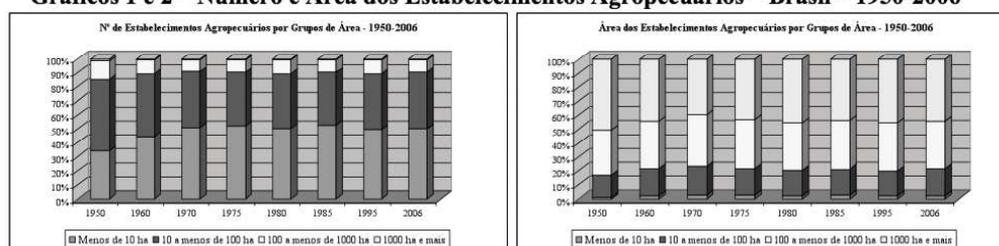
1. A PERSISTÊNCIA DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E A REPRODUÇÃO DA INJUSTIÇA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL

Iniciada com o instrumento colonial das sesmarias e intensificada pela Lei de Terras de 1850, a concentração fundiária segue sendo uma marca do campo brasileiro. O último Censo Agropecuário comprovou que o índice de Gini permaneceu praticamente estagnado nas últimas duas décadas, saindo de 0,857 em 1985 para 0,856 em 1995/1996 e 0,854 em 2006. Em alguns estados

da federação, entretanto, verificou-se significativos aumentos, como em Tocantins (9,1%), Mato Grosso do Sul (4,1%) e São Paulo (6,1%). O movimento de concentração foi puxado pelas grandes culturas de exportação, pela expansão do agronegócio e pelo avanço da fronteira agropecuária em direção à Amazônia - impulsionada pela criação de bovinos e pela soja. No caso de São Paulo, o crescimento deveu-se à cultura de cana-de-açúcar (estimulada pelo maior uso de álcool com o carro flex e pelos bons preços do açúcar).

Os gráficos 1 e 2 expressam a persistência da desigualdade na estrutura fundiária no Brasil, pois os pequenos estabelecimentos – com menos de 10 ha – são 47% do total, mas a área ocupada pelos mesmos é de apenas 2,7% do total, ao passo que no pólo oposto, os estabelecimentos com mais de 1000 ha são apenas 0,9% do total, mas ocupam 43% da área. O contraste se torna ainda mais nítido quando observamos que os estabelecimentos com menos de 100 ha são cerca de 90% do total, ocupando uma área de cerca de 20%, ao passo que os com mais de 100 ha são menos de 10% do total e ocupam cerca de 80% da área. E este quadro permanece praticamente inalterado nos últimos 50 anos.

Gráficos 1 e 2 – Número e Área dos Estabelecimentos Agropecuários – Brasil – 1950-2006



Fonte: IBGE, 2006.

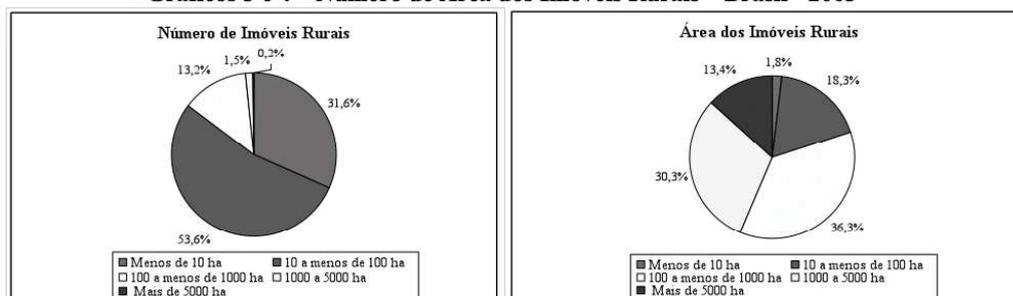
Se considerarmos os dados do Incra, ao invés dos dados do IBGE, isto é considerarmos os imóveis rurais, ao invés dos estabelecimentos agropecuários¹, verificamos que o panorama não é muito diferente.

Os imóveis com menos de 10 ha são 31,6% do total, mas ocupam apenas 1,8% da área e os com mais de 5000 ha representam apenas 0,2% do total de imóveis, mas controlam 13,4% da área. Somados os imóveis com menos de 100 ha correspondem a 85,2% do total e possuem menos de 20% da área, ao passo que os que possuem mais de 100 ha são menos de 15% dos imóveis e

1 O IBGE utiliza a categoria estabelecimentos agropecuários que considera a unidade produtiva, enquanto o Incra utiliza a categoria imóvel rural, isto é, tem como base a propriedade da terra. Assim, por exemplo, se uma fazenda é arrendada para quatro diferentes agricultores, o Incra contabiliza um imóvel rural e o IBGE quatro estabelecimentos agropecuários. Por outro lado, se três diferentes fazendas são administradas como uma unidade produtiva contínua, o Incra contabiliza três imóveis rurais e o IBGE apenas um estabelecimento agropecuário. Assim, os dados do IBGE e do Incra devem ser considerados como complementares para a análise da concentração fundiária.

concentram mais de 80% da área.

Gráficos 3 e 4 – Número de Área dos Imóveis Rurais – Brasil - 2003

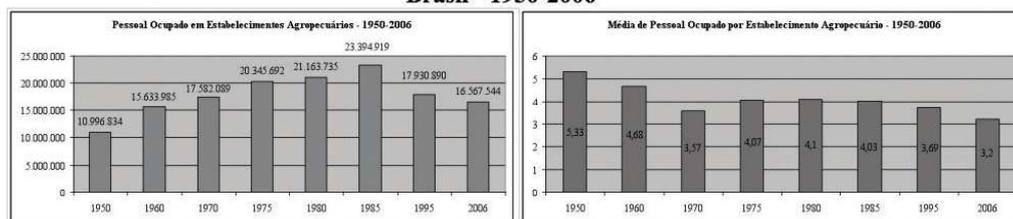


Fonte: Incra, 2003

Um dos resultados desta profunda iniquidade na distribuição de terras no Brasil é, segundo Carter (2010), a discrepância da representação política entre camponeses e agricultores familiares – 1 deputado para 612 mil famílias entre 1995 e 2006 – e grandes proprietários – 1 deputado para 236 famílias – uma diferença de 2.587 vezes. Como consequência direta dessa desigualdade, os grandes proprietários conseguiram obter 1.587 vezes mais recursos públicos que os camponeses e agricultores familiares para o financiamento da produção agropecuária.

Outro efeito da persistência desta concentração fundiária é a expulsão de trabalhadores do campo. A impossibilidade de reprodução ampliada das famílias camponesas resultante da concentração fundiária produz a expulsão dos trabalhadores do campo, o que é acentuado pela modernização da agricultura que reduz a necessidade de mão-de-obra no campo.

Gráficos 5 e 6 – Pessoal Ocupado nos Estabelecimentos Agropecuários – Total e Média – Brasil - 1950-2006



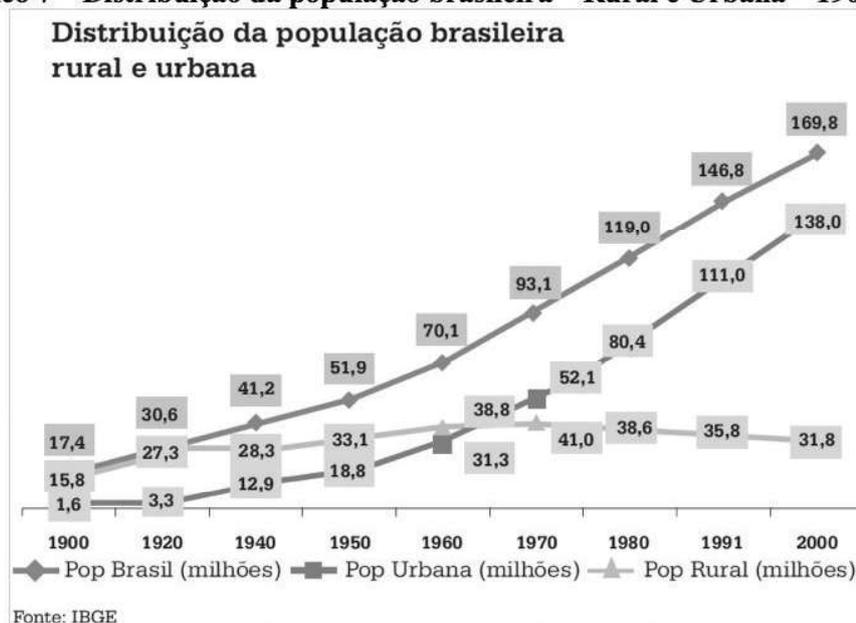
Fonte: IBGE

A análise detalhada dos Gráficos 5 e 6, revela a redução absoluta do número de trabalhadores no campo a partir de 1985, ao passo que a média de trabalhadores por estabelecimento vem decaindo desde 1950, com uma leve oscilação para cima entre 1970 e 1975. Acrescente-se que os pequenos estabelecimentos (menos de 100 ha) responderam por 84,36% das pessoas ocupadas

em estabelecimentos agropecuários, embora a soma de suas áreas represente apenas 30,31% do total. Em média, os pequenos estabelecimentos utilizam 12,6 vezes mais trabalhadores por hectare que os médios (100 a 1000 ha) e 45,6 vezes mais que os grandes estabelecimentos (com mais de 1000 ha).

Em decorrência disto, nas últimas décadas a população rural sofreu redução absoluta e não apenas relativa como vinha acontecendo até 1970.

Gráfico 7 – Distribuição da população brasileira – Rural e Urbana – 1900-2000



Este processo é, em larga medida, fruto da modernização conservadora da agricultura brasileira conduzida pela ditadura após 1964, resultando na adaptação da agropecuária brasileira à lógica da revolução verde².

...o atual modelo de desenvolvimento rural do país, fundado na promoção do agronegócio e na proteção das grandes propriedades de terras, foi desenvolvido e financiado pelo regime militar. Desde então, a inércia conservadora do Estado se manteve sem grandes alterações, apesar da democratização do regime político, das leis favoráveis à reforma agrária e da expressiva demanda popular por terra.” (CARTER, 2010: 514)

Outro efeito da concentração fundiária é facilitar a transferência do pa-

2 A revolução verde consiste no processo de modernização técnica da agricultura – baseada em mecanização, quimificação e melhoramento genético – gestada nos EUA e difundida pelo Terceiro Mundo a partir dos anos 1950 sob o pretexto de combater a fome e a miséria, mas que visava na realidade combater o perigo da revolução vermelha/comunista que chegara à China no fim da década de 1940 e ameaçava se espalhar pelo resto do Terceiro Mundo.

trimônio natural brasileiro para o controle estrangeiro, afinal, quando se trata o agro como mero negócio (agronegócio) a terra é de fato mera mercadoria que pode ser transacionada sem maiores preocupações, diferentemente de quando o agro é lugar de vida (agricultura) e a terra, portanto, não é uma mera mercadoria.

2. A NOVA ONDA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E A AMEAÇA A NOSSA SOBERANIA TERRITORIAL

Assim como a concentração fundiária não é uma novidade na história brasileira, mas se resignifica a cada momento, o mesmo pode ser dito da internacionalização da agricultura. Se a colonização foi o marco inicial da invasão estrangeira – do ponto de vista dos povos “indígenas” (tupis, guaranis, xavantes, inanomamis e tantos outros) – hoje vivemos uma nova onda de internacionalização da nossa agricultura, expressa no domínio da nossa agricultura por grandes empresas transnacionais e na compra de terras por empresas, fazendeiros e fundos financeiros estrangeiros.

No dizer de David Harvey, estamos diante de um processo de renovação do imperialismo, baseada na acumulação por espoliação³:

Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substitui a agricultura familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual). (Harvey, 2004: 121)

O mapa abaixo indica que o Brasil é o país do mundo que combina em mais alto grau disponibilidade de terras e água.

3 Fontes (2010) polemiza com Harvey em torno da adequação da sua noção de acumulação por espoliação, por considerar que a produção de expropriação é sistemática no capitalismo, dado seu caráter desigual e combinado. Embora não discordemos da autora, consideramos que a noção de acumulação por espoliação ajuda a lançar luz sobre o atual processo de avanço do capital sobre os recursos naturais e os direitos sociais.

Mapa 1 – Disponibilidade mundial de terras e água

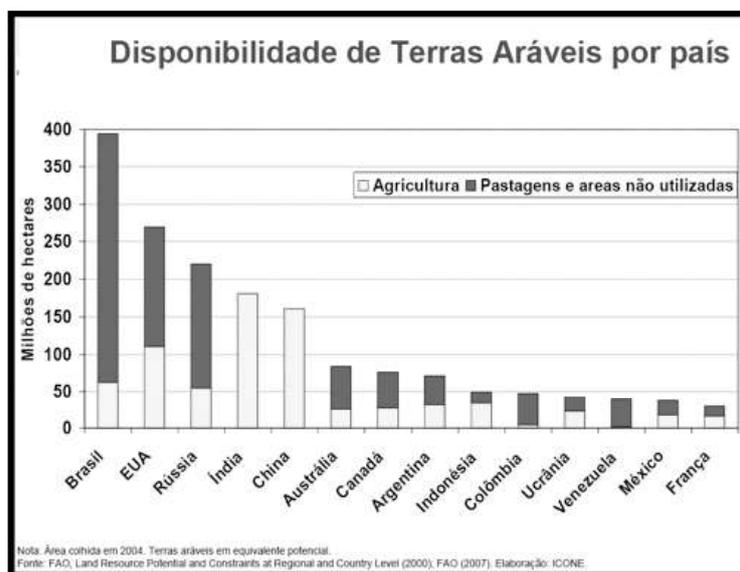


Trata-se dos dois requisitos fundamentais para a expansão da agricultura, especialmente em seu padrão moderno, derivado da revolução verde, intensivo em terra, água e energia. Acrescente-se a isso que a tropicalidade dominante em nossas terras representa um requisito adicional de grande utilidade para a agricultura, dada a intensidade dos processos de fotossíntese que propicia, bem como as condições favoráveis para a criação de animais de grande porte.

Estas *vantagens comparativas*⁴ para o desenvolvimento da agricultura no Brasil ficam ainda mais evidentes quando observamos o quadro abaixo que compara as terras atualmente destinadas a plantações e as que ainda podem vir a ser utilizadas para este fim. Por este quadro, observa-se que a soma das terras não utilizadas ou utilizadas para pastagens no Brasil representa mais do que o dobro das que possuem os dois países que mais se destacam neste quesito depois do Brasil que são os EUA e a Rússia. Acrescente-se a isso que estes países possuem extensas áreas temporárias recobertas por neve.

 4 O uso desta expressão faz referência à noção proposta por David Ricardo no século XIX, sem entretanto dar a esta o mesmo tratamento que faz o referido autor, pois consideramos que não se trata de vocação natural, mas de atributos historicamente valorizados.

Quadro 1 - Disponibilidade de terras aráveis



Todos estes aspectos combinados explicam a recente onda de internacionalização da agricultura brasileira verificada nos últimos anos que se traduz no crescente controle das transnacionais do agronegócio sobre a agricultura brasileira – seja pela determinação do padrão tecnológico (sementes, máquinas e agroquímicos), seja pela compra/transformação da produção agropecuária (grandes traders, agroindústrias) – e também na crescente onda de compra de terras por fazendeiros, empresas e grupos estrangeiros.

No que se refere ao controle das transnacionais sobre a agricultura brasileira, os processos mais notórios atualmente dizem respeito à difusão das sementes transgênicas pelas grandes empresas do setor, como Monsanto⁵, Bayer, Syngenta, que também são as grandes produtoras de agroquímicos, mas também é digno de nota a ampliação da presença das transnacionais na comercialização e processamento industrial da produção agropecuária, sobretudo ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus, que inicialmente concentravam sua atuação no ramo de cereais, mas têm se expandido para outros ramos, sobretudo o sucroalcooleiro.

No primeiro semestre deste ano, oito multinacionais despontaram entre as 20 principais empresas exportadoras do país. No ano passado, elas eram somente três, e, em 2008, quatro. Na lista das maiores exportadoras

5 Notícia publicada Folha de São Paulo no dia 11 de agosto de 2010 indica que o Brasil já é o segundo maior mercado da Monsanto, superado apenas pelo dos EUA.

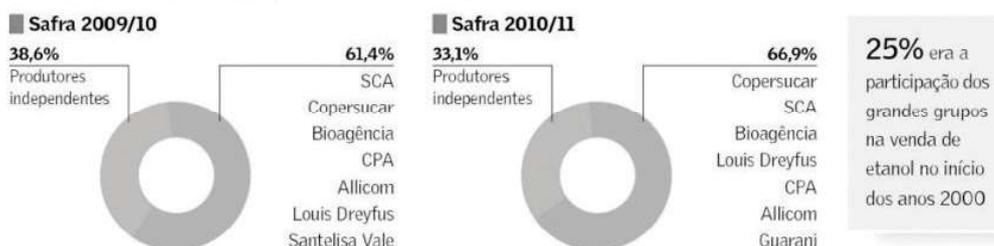
de 2010, 4 das 8 múltis vendem produtos agrícolas e já existe até uma brincadeira devido a isso. Elas são conhecidas como o “ABCD: ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus” -todas são companhias multinacionais que produzem commodities. Neste ano, a Bunge passou a ocupar a terceira posição, perdendo somente para a Petrobras e a Vale. Em 2009, ela terminou em 19ª lugar, com um faturamento bruto anual de R\$ 27,2 bilhões. Essas empresas multinacionais fazem frente às duas maiores gigantes brasileiras e ultrapassaram as companhias nacionais de alimentos, resultado de fusões incentivadas por recursos do governo. A BRF-Brasil Foods, fruto de fusão entre Sadia e Perdigão, está no décimo lugar da lista de 2010. A JBS-Friboi, cuja fusão também recebeu ajuda financeira do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), está na 26ª posição. (Folha de São Paulo, 16.08.2010)

No setor sucroalcooleiro, em especial, este controle das grandes empresas transnacionais tem se expandido velozmente. Segundo Mendonça (2010), a participação de empresas estrangeiras na indústria da cana no Brasil cresceu de 1% em 2000 para 20% em 2010. Este processo acontece junto com um forte processo de concentração no setor. Estimativas de mercado mostram que, na safra 2009/10, os sete maiores grupos de comercialização do mercado já representaram 61,4% das vendas. No ciclo atual (2010/11), a fatia nas mãos dos sete grandes será de 67%.

Figura 1 – Participação de Corporações Agroindustriais na Comercialização de Etanol

Concentração

Participação de grandes grupos na comercialização de etanol



Fonte: Mercado

Valor, 15 de setembro de 2010

Já no que se refere à compra de terras por fazendeiros, empresas e grupos de investidores estrangeiros, há indícios de forte crescimento a partir dos anos 2000, como mostra a reportagem publicada por um dos principais órgãos da grande imprensa brasileira:

O fazendeiro australiano Robert Newell investiu cerca de 4,5 milhões de dólares na compra de 11 350 hectares no município de Rosário, no oeste da Bahia. O consórcio francês Louis Dreyfus, adquiriu 20 000 hectares também na Bahia. O multibilionário fundo de pensão dos funcionários públicos da Califórnia, o Calpers é dono de 23 000 hectares nos estados do Paraná e de Santa Catarina. George Soros é outro que tem investimentos em terras brasileiras. (Folha de São Paulo, 21/04/2007)

A fragilidade dos mecanismos de controle do Estado sobre o território brasileiro é reconhecida pelo próprio presidente do Incra, órgão responsável pela administração fundiária no Brasil, que admite que o governo não tem dados sobre investidores e pessoas físicas que já detêm terras no país e chama atenção para as brechas legais que facilitam o acesso de estrangeiros à propriedade da terra no Brasil: “Basta abrir um escritório ou estar associado a um brasileiro, que pode comprar o que quiser de terras.”

Existem 3,1 milhões de hectares de terras na Amazônia Legal nas mãos de estrangeiros. Essa área corresponde a 39 mil imóveis rurais, mas pode ser ainda maior. Isso porque no cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) só existem registros de imóveis que tiveram os documentos apresentados por seus proprietários. (Ecopress / Envolverde, 29/4/2008)

O grupo chinês, formado por investidores privados, mas com o governo da China como sócio, quer comprar de 200 mil a 250 mil hectares de terras, tanto no oeste da Bahia quanto na região conhecida como Mapito, o cerrado do Maranhão, Piauí e Tocantins. (...) Estimativas do mercado dão conta que exista no mundo aproximadamente US\$ 20 bilhões disponíveis para compra de terras agrícolas em todos os países, sendo que pelo menos US\$ 5 bilhões teriam como destino certo o Brasil. (...) Esses investidores estão de olho em 20 milhões de hectares disponíveis para a agricultura, que estão fora do bioma amazônico e não são áreas de pastagem. Desse total, a estimativa é que pelo menos 4 milhões de hectares sejam divididos por 15 grandes grupos, entre investidores estrangeiros e empresas nacionais profissionalizadas, interessados tanto na aquisição de terras para investimento quanto na produção de grãos e fibras. (...) Levantamento feito pelo Valor mostra que essas empresas já possuem pelo me-

nos 2 milhões de hectares, a maior parte deles no Mapito e no oeste baiano, mas também em terras em Mato Grosso. (...) De modo geral, existem dois grupos de investidores. O primeiro, geralmente formado por fundos interessados em aplicações de longo prazo na aquisição de terras baratas para torna-las produtivas e ganhar na valorização e um segundo interessado em terras para produção. (Valor Econômico - 27/05/2010)

Como se vê nos exemplos acima há controvérsias sobre o volume de terras já pertencentes a grupos, empresas e fazendeiros estrangeiros, bem como são diferentes os interesses que movem esta nova onda de internacionalização das terras brasileiras, mas a existência e a gravidade de tais fatos são inegáveis, assim como, é inegável a contribuição deste processo para a fragilização de nossa territorial, bem como alimentar, como veremos a seguir.

3. AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA DINÂMICA PRODUTIVA DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA E A CRESCENTE INSEGURANÇA ALIMENTAR

Segundo dados do IBGE, entre 1996 e 2006 houve ligeira redução da área total dos estabelecimentos agropecuários, decorrente, sobretudo, da redução da área das pastagens naturais. Por outro lado, verificou-se aumento das áreas destinadas a lavouras, pastagens plantadas e matas.

Tabela 1 – Utilização das Terras – Brasil

<i>Utilização das Terras</i>	<i>1996</i>	<i>2006</i>
Área Total	353.611.246	329.941.393
Lavouras permanentes	7.541.626	11.612.227
Lavouras temporárias	34.252.829	48.234.391
Matas naturais	88.897.582	93.982.304
Pastagens plantadas	99.652.009	101.437.409
Matas plantadas	5.396.016	4.497.324
Pastagens naturais	78.048.463	57.316.457

Fonte: Ibge - Censo Agropecuário, 2006.

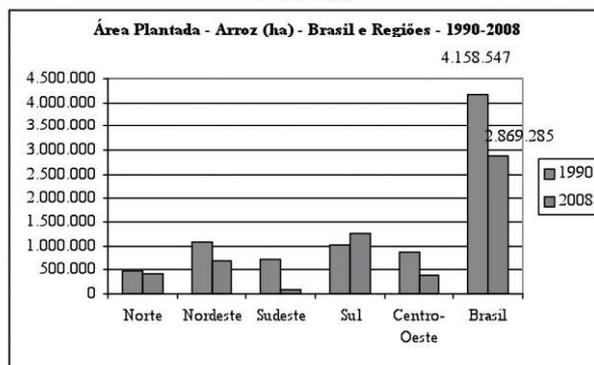
Quando analisamos mais detidamente estes dados, verificamos que não se trata de um crescimento generalizado. A análise comparativa da evolução da área plantada de alguns dos principais produtos agrícolas, bem como da produção de bovinos e de madeira, indica que a área plantada com alimentos básicos decresceu, ao passo que a área destinada cultivos destinados majoritariamente

à exportação e a fins industriais (produção de ração, energia e papel e celulose).

A área destinada à produção de três alimentos básicos na dieta da população brasileira (arroz, feijão e mandioca) reduziu-se em mais de 2,5 milhões de ha entre 1990 e 2006.

No caso do arroz (Gráfico 8), a redução foi de quase 1/3, sendo que na região Sudeste essa cultura praticamente desapareceu e apenas na região Sul verificou-se aumento ao longo das duas últimas décadas, tendo inclusive esta região ultrapassado o Nordeste na condição de região com maior área plantada.

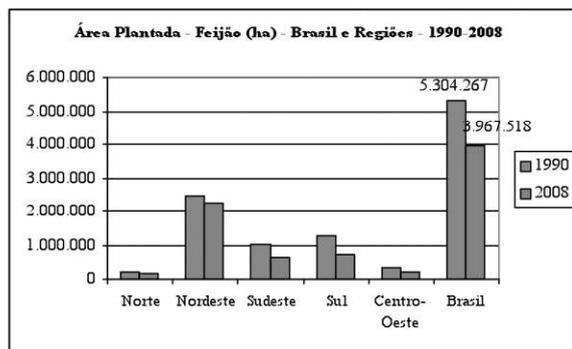
Gráfico 8 - Evolução e distribuição espacial da área plantada de Arroz (1.000 ha) - Brasil - 1990-2008



Fonte: IBGE.

No que diz respeito ao feijão (Gráfico 9) a redução foi de aproximadamente $\frac{1}{4}$ e, neste caso, generalizado por todas as regiões do país. Vale dizer que, apesar da redução apresentada, o Nordeste permanece sendo a região com maior área plantada.

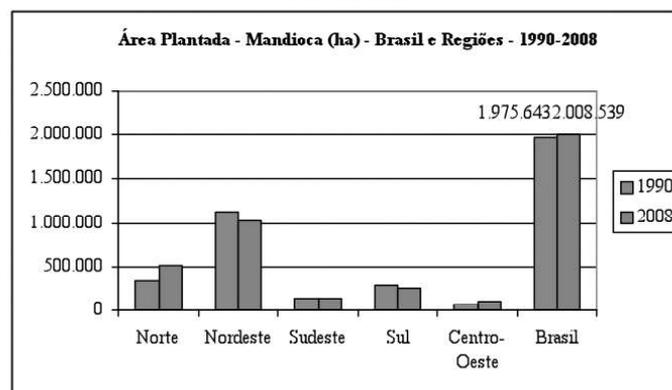
Gráfico 9 - Evolução e distribuição espacial da área plantada de Feijão (1.000 ha) - Brasil - 1990-2008



Fonte: IBGE.

Quanto à mandioca (Gráfico 10), verificou-se no período uma ligeira expansão da área plantada, sobretudo, em função da expansão desta cultura na região Norte – provavelmente associado à multiplicação de assentamentos rurais na região. Vale dizer ainda que, mais uma vez, a região Nordeste destaca-se como a de maior área plantada.

Gráfico 10 - Evolução e distribuição espacial da área plantada de Mandioca (1.000 ha) - Brasil - 1990-2008

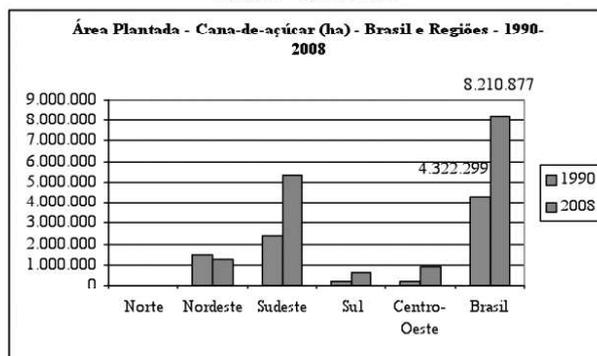


Fonte: IBGE.

Em contrapartida, a área destinada ao cultivo de produtos voltados prioritariamente para exportação ou transformação industrial, aumentou. Considerando-se apenas três destes produtos – cana-de-açúcar, soja e milho – a área plantada foi ampliada de 27.930.804 ha para 44.021.847 ha, um crescimento de 57,6%. Vale destacar que entre 1990 e 2008, a soja ultrapassou o milho em termos de área plantada, assumindo a condição de maior lavoura do país.

Em termos proporcionais, o maior crescimento verificou-se na cana-de-açúcar, cujas destinações fundamentais são a produção de açúcar para exportação e de álcool combustível para o mercado interno. A área plantada aumentou 90% entre 1990 e 2008, sendo que no Sudeste – que planta hoje 2/3 da área de cana do país – e no Centro-Oeste a área plantada mais que dobrou e só no Nordeste houve redução da mesma.

Gráfico 11 - Evolução e distribuição espacial da área plantada de Cana-de-açúcar (1.000 ha) - Brasil - 1990-2008

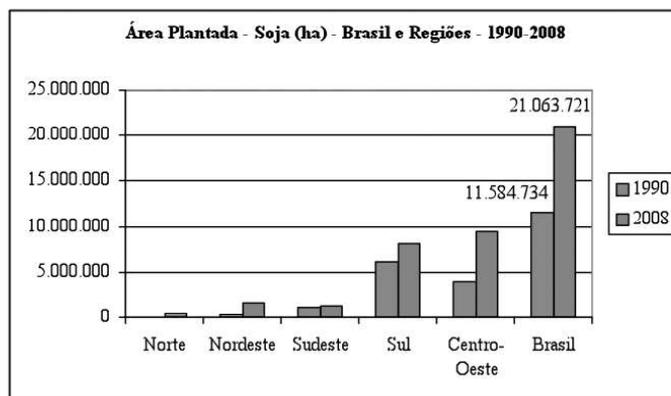


Fonte: IBGE.

Vale dizer que esta expansão é estimulada por recursos públicos. Entre 2008 e 2009, estima-se que o setor sucroalcooleiro tenha recebido mais de R\$ 12 bilhões do BNDES, verba esta extraída, em grande medida, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

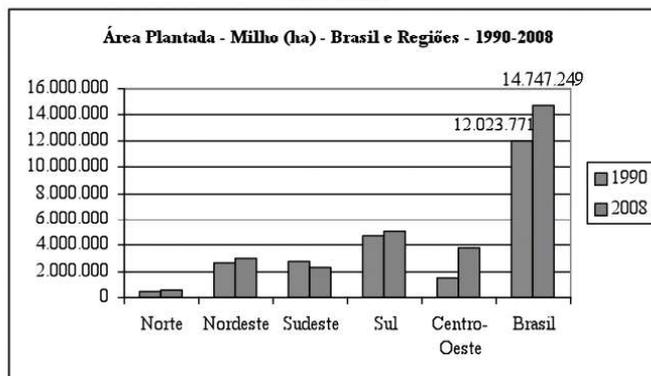
No caso da soja, cuja destinação fundamental é a exportação, seja in natura, seja na forma de farelo para fabricação de ração, o crescimento da área plantada foi de 82%, sendo que este ocorreu em todas as regiões do país, embora com destaque para o Centro-Oeste que ultrapassou o Sul como região com maior área plantada.

Gráfico 12 - Evolução e distribuição espacial da área plantada de Soja (1.000 ha) - Brasil - 1990-2008



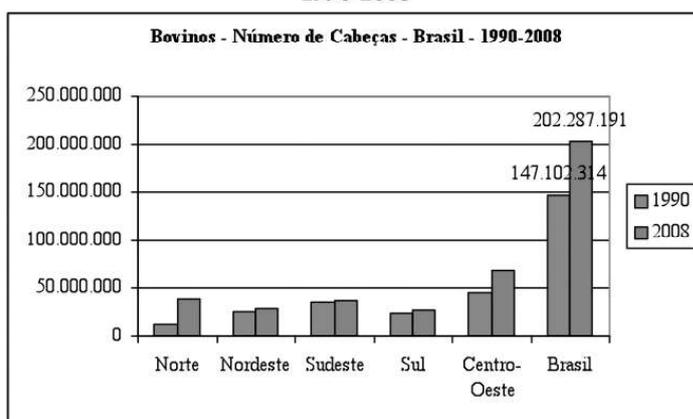
Fonte: IBGE.

Embora mais modesto o crescimento da área plantada de milho – cuja destinação principal é a produção de ração, seja para o mercado interno, seja para exportação – também se verificou, exceção feita ao Sudeste, onde houve redução da área plantada de milho.

Gráfico 13 - Evolução e distribuição espacial da área plantada de Milho (1.000 ha) - Brasil - 1990-2008

Fonte: IBGE.

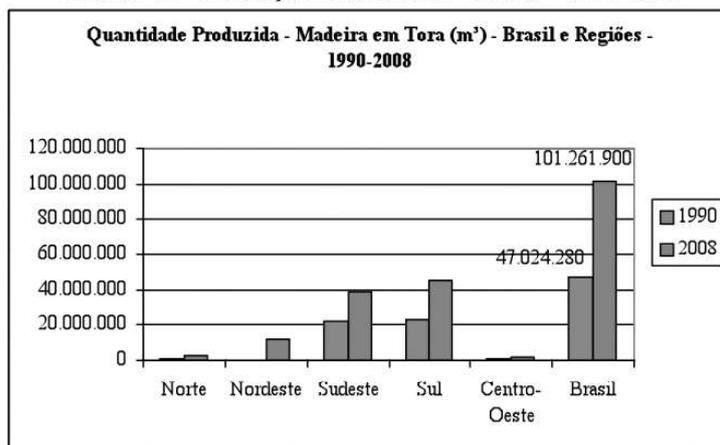
Outro dado revelador dos caminhos da produção agropecuária brasileira é o relativo à expansão da criação de bovinos no Brasil, atividade que se caracteriza pelo caráter extensivo, e cujo número de cabeças já é maior que o número de brasileiros. Neste caso observamos que a criação de bovinos expandiu-se em todas as regiões do país, mas com destaque para o Centro-Oeste que possui o maior rebanho bovino do país e o Norte que teve maior crescimento no período (triplicou o rebanho) e assumiu a condição de segundo maior rebanho do país, ultrapassando o Sudeste.

Gráfico 14 - Evolução e distribuição espacial do rebanho bovino (1.000 cabeças) - Brasil - 1990-2008

Fonte: IBGE.

Por fim, vale registrar também o grande crescimento da produção de madeira no país a partir da silvicultura, isto é a produção em escala industrial de árvores para fabricação de papel e celulose ou carvão vegetal, ou ainda madeira para a indústria moveleira, da construção civil, entre outros usos.

Gráfico 15 - Produção de Madeira – Brasil – 1990-2008

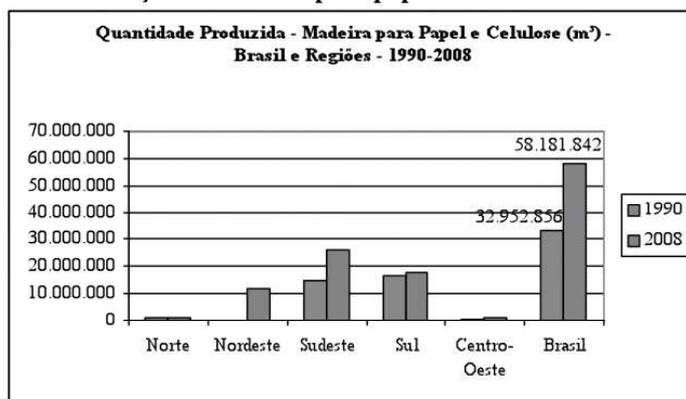


Fonte: IBGE.

De acordo com o gráfico 15, a produção de madeira mais que dobrou, expandindo-se em todas as regiões, mas, sobretudo, no Nordeste.

Já quando consideramos somente a produção de madeira voltada para a produção de papel e celulose – que representa 57,5% da produção total de madeira – verificamos que o aumento foi da ordem de 76%, mais uma vez com destaque para o Nordeste, onde a produção era irrisória nos anos 1990 e expandiu-se quase 100 vezes ao longo do período.

Gráfico 16 - Produção de madeira para papel e celulose – Brasil – 1990-2006



Fonte: IBGE.

O quadro 2, abaixo, formulado por um instituto ligado ao agronegócio é revelador das estratégias produtivas dominantes hoje no Brasil.

Quadro 2 – Deslocamento das principais culturas no Brasil

Milhões de hectares (2005)			
BRASIL	850		
Total de Terras Aráveis	340 (40%)		
		% do total	% das terras aráveis
1. Terras cultivadas: total	61	7,2%	17,9%
Soja	23	2,7%	6,8%
Milho	11	1,3%	3,2%
Cana-de-açúcar	6	0,7%	1,8%
Cana-de-açúcar para etanol	3	0,4%	0,9%
Laranja	1	0,1%	0,3%
2. Pastos	200	23,5%	58,8%
3. Terras disponíveis (ag, gado)	80	9,4%	23,5%

Nota: 1 hectare = 2,471 acres. Fonte: MAPA, UNICA. Elaboração: ICONE

Onde a cana irá crescer

Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as três principais culturas mencionadas acima – soja, cana e milho – respondem por 52% do PIB Agrícola do país.

Se compararmos o crescimento da população brasileira com o crescimento da produção agrícola, verificaremos que o quadro de insegurança alimentar se evidencia. Entre 1991 e 2010, a população brasileira passou de 146.917.459 habitantes para 190.715.799 habitantes, um crescimento de 29,8%. No mesmo período, a produção de arroz aumentou 33% e a de feijão 27%, ou seja, a de arroz superou levemente o crescimento populacional e a de feijão ficou abaixo deste, o que significa dizer que caiu a disponibilidade de feijão por habitante, o que explica que este produto seja importado hoje até da China. Por outro lado, a produção de milho cresceu 237%, a de cana-de-açúcar 255% e a de soja 288%, o que confirma a prioridade da agricultura brasileira atual pelos produtos voltados para exportação ou a produção de matérias primas para a indústria em detrimento da produção de alimentos para a população.

Por fim, vale dizer que estas transformações têm sido impulsionadas com base em recursos públicos: dos estabelecimentos que receberam financiamento, 85% tiveram como uma das fontes algum programa governamental – com 57,6% dos recursos. Além disso, este financiamento é profundamente desigual: em 2006, os estabelecimentos com 1.000 ou mais hectares (0,9% do total) captaram 43,6% dos recursos e os com até 100 hectares (88,5% dos que obtiveram

financiamento) captaram 30,42% dos recursos.

Segundo Sauer (2010) o agronegócio recebeu R\$ 65 bilhões para custeio e investimentos para a safra 2008/2009, o que é 500% superior aos R\$ 13 bilhões concedidos à agricultura familiar.

Ainda segundo o autor, entre 2007 e 2009 o Tesouro Nacional gastou R\$ 2,3 bilhões de reais com a securitização da dívida agrícola e a Receita Federal estima em R\$ 8,85 bilhões a renúncia fiscal relacionada a isenção de impostos concedidas ao setor agropecuário.

Isto significa dizer que o dinheiro extraído pelo governo do povo brasileiro através do impostos está financiando nossa insegurança alimentar.

4. A PERSISTÊNCIA DA VIOLÊNCIA, DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E DA DEVASTAÇÃO AMBIENTAL NO CAMPO BRASILEIRO COMO CARACTERÍSTICAS CENTRAIS DE NOSSO MODELO AGRÁRIO.

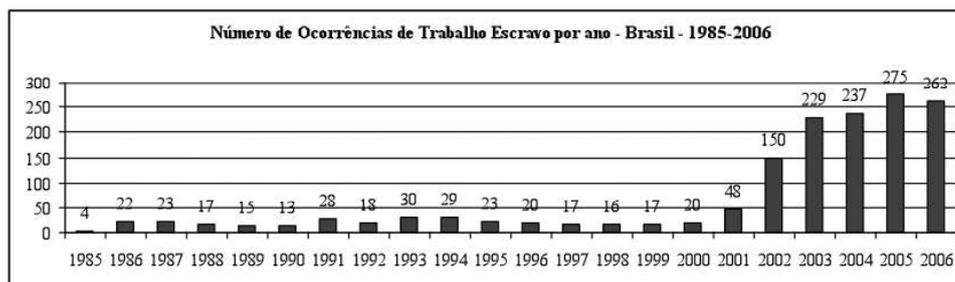
O modelo agrário dominante no Brasil sempre foi marcado pela violência, a intensa exploração do trabalho e a devastação ambiental e nos últimos anos estas características só têm sido reforçadas pelas transformações apontadas acima.

Os dados sobre a violência no campo levantados pela CPT ao longo dos últimos 25 anos apontam que 2.709 famílias, em média, foram anualmente expulsas de suas terras; 63 pessoas, em média, foram anualmente assassinadas no campo brasileiro por lutar por um pedaço de terra; 13.815 famílias, em média, anualmente foram despejadas através de ações exaradas pelo Poder Judiciário de alguma unidade da federação e cumpridas pelo poder Executivo por meio de suas polícias; 422 pessoas, em média, foram anualmente presas no Brasil por lutar pela terra; 765 conflitos, em média, ocorreram anualmente diretamente relacionado à luta pela terra; 92.290 famílias, em média, foram anualmente envolvidas diretamente em conflitos por terra! (PORTO-GONÇALVES & ALENTEJANO, 2010).

Gráfico 17 – Assassinatos no Campo por Região – Brasil – 1985 a 2009

Fonte: LEMTO-UFF e GeoAgrária-UERJ com base nos dados da CPT.

Na fronteira entre a violência e a exploração do trabalho temos a questão do trabalho escravo, posto que se trata ao mesmo tempo de uma violação dos direitos humanos e uma gigantesca fonte de lucro para os empresários. Mais uma vez, os dados da CPT são eloqüentes ao apontar para o crescimento desta prática nos últimos anos.

Gráfico 18 - Trabalho Escravo – Brasil – 1985-2006

Fonte: LEMTO-UFF e GeoAgrária-UERJ com base nos dados da CPT.

Vale ressaltar que é no setor sucroalcooleiro que estes têm se concentrado.

Em 2007, dos 5.974 trabalhadores resgatados da escravidão no campo brasileiro, 3.060, ou 51%, foram encontrados no monocultivo da cana de açúcar. Em 2008, dos 5.266 resgatados, 2.553, ou 48% dos trabalhadores mantidos escravos no país estavam em plantações de cana. (Mendonça, 2010)

A autora chama atenção ainda para o fato de que muitas das usinas que têm sido flagradas utilizando trabalho escravo têm participação acionária do BNDES ou obtiveram financiamento público.

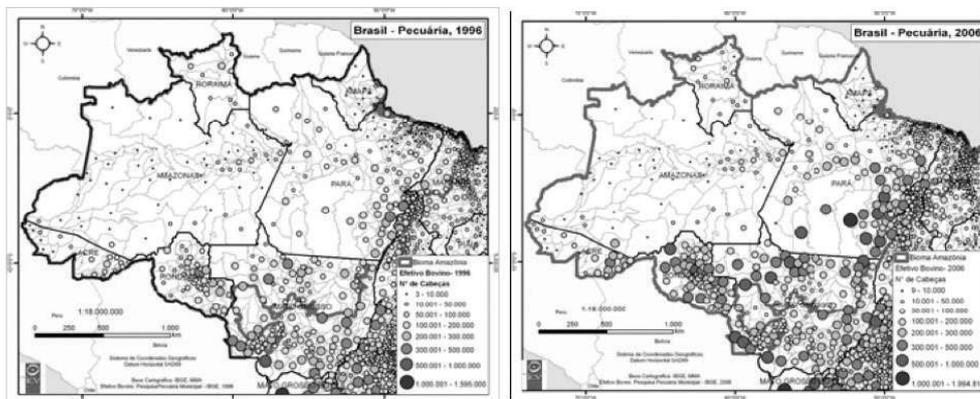
Em 2009, o Ministério do Trabalho incluiu grandes usinas na chamada “lista suja” do trabalho escravo. Uma delas foi a Brenco, que tem participação acionária de 20% do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Entre 2008 e 2009, o BNDES liberou R\$ 1 bilhão para usinas da Brenco em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Ao mesmo tempo, o Grupo Móvel expediu 107 autos de infração contra a empresa, que é presidida pelo ex-presidente da Petrobras Henri Philippe Reichstul. Apesar da prática de trabalho escravo, o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, anunciou a continuidade do financiamento para a Brenco. Em 31 de dezembro de 2009, foi a vez do grupo Cosan -- a maior empresa do setor sucroalcooleiro do país, com produção anual de 60 milhões de toneladas de cana. Apesar da prática de trabalho escravo, a Cosan recebeu R\$ 635,7 milhões do BNDES em junho de 2009, para a construção de uma usina de etanol em Goiás. O BNDES manteve o financiamento para a Cosan, mesmo após a evidência de trabalho escravo. A Cosan possui 23 usinas, controla os postos da Exxon (Esso do Brasil) e teve um faturamento de R\$ 14 bilhões de reais em 2008. (Mendonça, 2010)

No que diz respeito à devastação ambiental, dois aspectos podem ser considerados centrais: o desmatamento promovido pela expansão da fronteira agrícola e o uso cada vez mais intenso de agrotóxicos na agricultura brasileira.

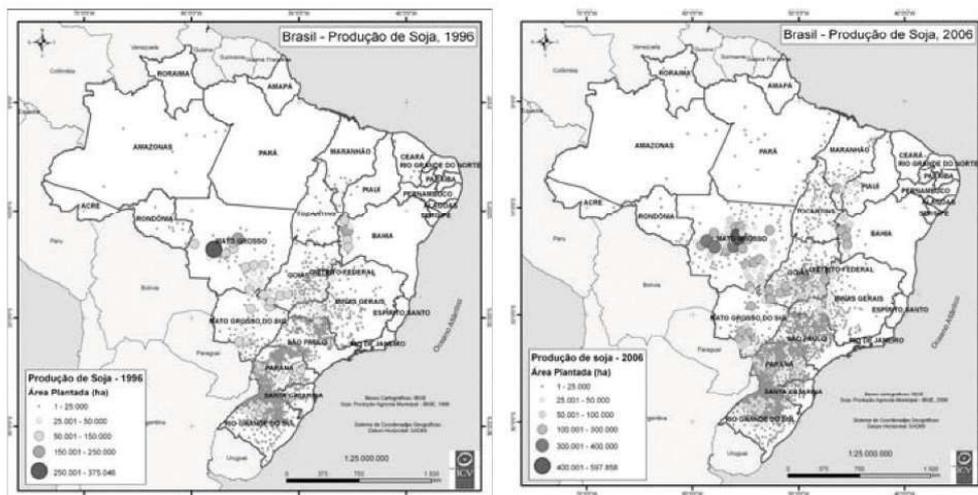
Em relação ao desmatamento resultante da expansão da fronteira agrícola, dados do Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento (Lapig), da Universidade Federal de Goiás, indicam que o ritmo atual de desmatamento do Cerrado poderá elevar de 39% para 47% o percentual devastado do bioma até 2050. A pesquisa demonstra ainda que a destruição do Cerrado coloca em risco a disponibilidade de recursos hídricos para o Pantanal e a Amazônia, pois estes biomas estão interligados. (Mendonça, 2010)

Os mapas a seguir indicam a correlação entre a expansão da fronteira agropecuária brasileira e o desmatamento crescente do cerrado e da Amazônia.

Mapas 2 e 3 – A expansão da pecuária para a Amazônia



Mapas 5 e 6 – A expansão da soja para a Amazônia



Quanto aos agrotóxicos é digno de nota que o Brasil se transformou nos últimos dois anos no maior consumidor mundial de agrotóxicos, ultrapassando os EUA, conforme revela a tabela abaixo.

Consumo de Agrotóxicos (bilhões de US) – 2007 e 2008

País	2007	Ranking	2008	Ranking
Brasil	5,4	2	7,1	1
EUA	6,5	1	6,6	2

(Fonte: Andef, 2009)

Isto se deve, em larga medida, ao crescimento das lavouras de exportação que são as que mais consomem agrotóxicos, conforme tabela abaixo, embora seja importante registrar que os produtos alimentares também estão sendo intensamente contaminados.

Tabela 2. Comercialização de agrotóxicos (em toneladas) por culturas e classes principais em 2008 no Brasil.

CULTURA	Produto Formulado (tonelada)	Herbicidas (%)	Inseticidas (%)	Fungicidas (%)	Acaricidas (%)	Outros (%)
Soja	318.818	62,2	17	11,80	0	8,90
Milho	98.910	80,90	14,10	2	0,10	2,80
Cana	50.344	86,90	11,10	-	-	1,90
Algodão	42.366	27,60	54	7,90	0,80	9,70
Citros	38.753	12,70	19,30	14,20	48,40	5,30
Café	22.996	39,10	40,20	13,80	0,50	6,30
Trigo	12.608	55,10	15,50	19,50	0	9,70
Arroz	12.355	73,50	13,20	5,90	0	7,40
Feijão	11.509	50,20	15,30	27	0,50	6,90
Pastagem	9.641	93,30	1,30	0	0	5,40
Batata	8.414	8,40	33	53,90	1,20	3,40
Tomate	6.239	6,30	31,60	53,40	3,10	5,50
Maçã	4.874	14,70	11,20	48,80	0,40	24,90
Banana	1.878	14,50	14,20	65,80	0	5,50
TOTAL	629.705					

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola - SINDAG, 2009.

CONCLUSÃO

A análise empreendida ao longo do presente texto coaduna-se com a desenvolvida em recente texto por Almeida (2009), para quem os atores políticos ligados ao agronegócio têm desenvolvido forte pressão política no sentido de ampliar o volume de terras à disposição da expansão do setor. Segundo o autor, as agroestratégias são um conjunto articulados de discursos, ações e mecanismos construídos por agências multilaterais e conglomerados financeiros e agroindustriais para incorporar novas terras para a expansão da produção de commodities agropecuárias.

No caso brasileiro, faz parte das agroestratégias a disseminação de uma visão triunfalista dos agronegócios articulada com uma imagem hiperbolizada do Brasil e de seu potencial agrícola. De acordo com esta formulação, no Brasil a terra seria um bem ilimitado e permanentemente disponível.” (ALMEIDA, 2009: 68)

O foco principal dessas agroestratégias são as áreas de preservação ambiental, as terras indígenas, quilombolas, de assentamentos rurais e de uso comum, vistos como obstáculos a serem removidos, visando ampliar a oferta de terras no mercado de terras que vive momento de intenso aquecimento, derivado inclusive do crescente interesse de grupos estrangeiros na aquisição de terras no Brasil

Segundo o autor, as principais agroestratégias em curso são: (1) redefinição da Amazônia Legal, com a exclusão de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, possibilitando a incorporação imediata de 145 milhões de ha, em função da redução da área destinada à preservação ambiental; (2) redução de 80% para 50% na área de reserva legal da Amazônia; (3) liberação de crédito para quem praticou crime ambiental, evitando que os agronegociantes fiquem sem acesso a estes recursos; (4) privatização de terras públicas com até 1500 ha sem licitação na Amazônia – MP 422/2008; (5) redução da faixa de fronteira onde é proibida a compra de terras por estrangeiros de 150 para 50km; (6) revogação do dispositivo constitucional que prevê a titulação das terras de remanescentes de quilombos.

Embora Almeida não se refira à criminalização dos movimentos sociais, levada a cabo pela mídia e pelo Estado brasileiro, vide CPI do MST, creio que podemos incluí-la entre essas agroestratégias, visto que faz parte dos processos de afirmação do agronegócio, contra os que defendem a democratização da terra no Brasil. Da mesma forma, pode se entender assim a resistência oposta pelo agronegócio à atualização dos índices de produtividade que balizam a possibilidade de desapropriação de terras para fins da reforma agrária, pois como nos lembra Medeiros:

Terras improdutivas ou produzindo pouco fazem parte das necessidades criadas pela expansão das atividades empresariais. Transformá-las em áreas passíveis de desapropriação, com a possibilidade de se transformarem em assentamentos, significa subtraí-las do mercado e excluí-las do cerne desse circuito de reprodução” (MEDEIROS, 2010: 4)

Por outro lado, os segmentos que defendem a reforma agrária e a justiça no campo têm afirmado a importância da reafirmação desta luta, assim como associado-a a outras bandeiras, como a causa ambiental, a soberania alimentar e a luta pela democracia.

Carter (2010) destaca cinco contribuições que o MST tem dado para o fortalecimento da democracia no Brasil: combate a desigualdade; fortalece a

sociedade civil; promove a cidadania; estimula a participação social e política; produz utopia.

Infelizmente, esta luta não tem se traduzido no avanço da reforma agrária no Brasil, pois como afirma o mesmo Carter:

As medidas de reforma agrária adotadas até o momento procuravam satisfazer exigências imediatas, neutralizar conflitos locais e, acima de tudo, evitar um confronto maior com os grandes proprietários de terra. Dessa forma, elas não representaram ações contundentes com o objetivo de transformar o sistema fundiário e suas assimetrias nas relações de poder. O efeito distributivo das políticas agrárias do Brasil, apesar de significativo em alguns municípios, tem tido um impacto mínimo sobre a estrutura agrária do país. Mesmo com as iniciativas promovidas no primeiro governo Lula, a reforma agrária brasileira é, em termos proporcionais, uma das menores de toda a América Latina. (...) No total, esse processo de reforma beneficiou 5% de toda a força de trabalho agrícola e distribuiu 11,6% do total de terras cultiváveis.” (Carter, 2010: 60/61)

E isto não se dá por falta de terras disponíveis para a reforma agrária, pois segundo Delgado (2010) persistem hoje no Brasil 120 milhões de ha improdutivo autodeclarados e 172 milhões de ha de terras devolutas.

Ao invés de fazer a reforma agrária nas áreas onde as lutas pela terra se concentram, o que os sucessivos governos brasileiros vêm fazendo é empurrar as famílias assentadas para a fronteira agrícola, no que denominamos de descolamento geográfico entre as lutas pela terra e a política de reforma agrária (Alentejano, 2004) e outros autores também têm destacado.

...os assentamentos de reforma agrária estão concentrados nas regiões de fronteira e nas partes mais empobrecidas do país (...) Mais de 70% das terras repartidas entre 1985 e 2006 estão na Amazônia, a dizer, na região Norte e os estados vizinhos de Mato Grosso e Maranhão. No entanto, a pressão mais intensa pela reforma agrária aconteceu nas regiões Sul e Sudeste do país. Entre 1988 e 2006, essas duas regiões do país – de fato as mais desenvolvidas e onde o valor das terras é mais alto – registraram a metade das ocupações de terra, mas só tiveram o assentamento de 9% das famílias, numa área total que apenas alcançou os 5% do território distribuído pelo Estado. (CARTER & CARVALHO, 2010: 294)

Com base nisso, os movimentos sociais e demais entidades reunidas no Fórum Nacional pela Reforma Agrária e a Justiça no Campo vêm defendendo o estabelecimento do limite de 35 módulos fiscais para o tamanho da propriedade da terra no Brasil. Com base nessa medida, poderiam ser destinados mais de 200 milhões de hectares para a reforma agrária, conforme a tabela e o Gráfico abaixo.

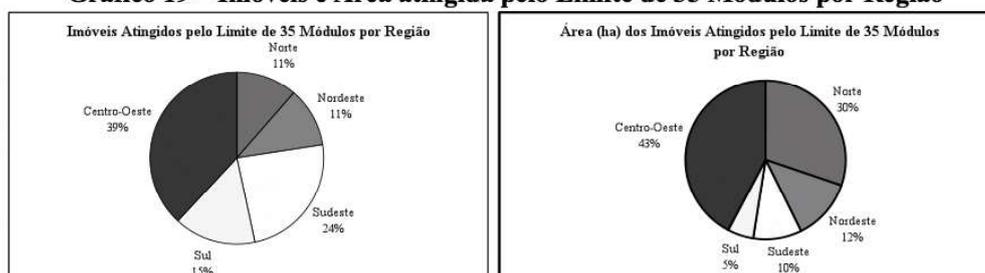
Imóveis atingidos pelo limite da propriedade

	<i>Nº de Imóveis</i>	<i>% dos Imóveis</i>	<i>Área Total (ha)</i>	<i>% da Área Total</i>
Brasil	50.118	2	203.643.369	39,4

	<i>Nº de Imóveis</i>	<i>Área Total (ha)</i>
Norte	5.660	61.905.062
Nordeste	5.578	25.234.855
Sudeste	12.034	20.285.969
Sul	7.556	10.593.553
Centro-Oeste	19.004	86.233.930

Fonte: GeoAgrária, com base em dados do Incra.

Gráfico 19 – Imóveis e Área atingida pelo Limite de 35 Módulos por Região



Fonte: GeoAgrária, com base em dados do Incra.

E assim, chegamos ao século XXI, sem que a reforma agrária seja prioridade dos sucessivos governos, ditatoriais ou democráticos, mas sem que deixe de ser um espectro permanentemente presente na pauta política nacional, posto que:

O debate em vigor no Brasil sobre a reforma agrária toca assuntos que ultrapassam a questão fundiária e o desenvolvimento rural. Os assuntos em pauta levantam problemas mais profundos da sociedade brasileira. Na alvorada do século XXI, a reforma agrária continua sendo parte de uma conversação complexa e contenciosa sobre o futuro do Brasil – suas promessas e necessidades, seus temores e sonhos. (Carter, 2010: 71).

BIBLIOGRAFIA

ALENTEJANO, Paulo. *Os conflitos pela terra no Brasil: uma breve análise a partir dos dados sobre ocupações e acampamentos*. in CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2003*. Goiânia: CPT, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Agroestratégias e desterritorialização – os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios*. In *O Plano IIRSA na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica*. 2009.

CARTER, Miguel. *Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil*. In CARTER, Miguel. (org.) *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CARTER, Miguel. *Desafiando a desigualdade: contestação, contexto e conseqüências*. In CARTER, Miguel. (org.) *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CARTER, Miguel & CARVALHO, Horacio Martins de. *A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST*. In CARTER, Miguel. (org.) *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

DELGADO, Guilherme Costa. *A questão agrária e o agronegócio no Brasil*. in CARTER, Miguel. (org.) *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo - teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

MEDEIROS, Leonilde S. de. *A polêmica sobre a atualização dos índices de produtividade da agropecuária*. 2010 (Consultado em <http://www.mst.org.br/node/9041>).

MENDONÇA, Maria Luisa. *Avança o monopólio da terra para produção de agrocombustíveis*. Revista Caros Amigos, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter & ALENTEJANO, Paulo R. R. *A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos*. in CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2009*. Goiânia: CPT, 2010.

SAUER, Sérgio. *Dinheiro público para o agronegócio*. Brasília: mimeo. 2010.